

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

A Administração

## BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2013		2012	
		2013	Reapresentado	2012	Reapresentado
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	746.062	372.998		
Títulos e valores mobiliários	4	87.805	250.507		
Contas a receber de clientes	5	613.662	769.075		
Estoque	5	104.014	109.660		
Partes relacionadas	6	219.099	41.481		
Impostos a recuperar	7	108.026	146.900		
Bens a serem distribuídos aos acionistas	8	–	1.079.745		
Bens destinados a venda	9	71.111	–		
Outros créditos	10	65.150	58.365		
Total do ativo circulante		<u>2.014.929</u>	<u>2.828.731</u>		
<b>Não Circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	167.892	300.632		
Partes relacionadas	6	272.874	60.056		
Depósitos judiciais		34.811	26.831		
Outros créditos	10	511.245	422.715		
Investimentos					
Em controladas e coligadas	11	1.653.373	173.578		
Outros		3.326	4.153		
Imobilizado	12	861.286	836.543		
Intangível		18.710	24.679		
Total do ativo não circulante		<u>3.047.940</u>	<u>1.461.668</u>		
<b>Total do Ativo</b>		<u>5.062.869</u>	<u>4.290.399</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RECURSOS CAPITALIZÁVEIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Reservas de Lucros		Reserva de Retenção de Lucros	Reserva para Renovação de Equipamentos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros Acumulados	Total
		Legal	de Lucros							
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>										
Resultado abrangente total do exercício										
Aumento de capital	17	51.711	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos		–	–	(451.672)	–	–	(451.672)	–	–	–
Dividendos prescritos		–	–	–	–	–	–	108	108	–
Destinações:										
Reserva legal		–	9.996	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	(47.479)	–	(47.479)
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		–	–	–	9.996	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<u>2.130.203</u>	<u>87.468</u>	<u>132.548</u>	<u>199.159</u>	<u>14.913</u>	<u>(180.410)</u>	<u>100.001</u>	<u>2.251.333</u>	<u>2.351.334</u>
Resultado abrangente total do exercício										
Aumento de capital	17	3	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	100.000	–	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de reserva de retenção de lucros como dividendos		–	–	(9.868)	–	–	–	–	–	–
Destinações:										
Reserva legal		–	20.623	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		–	–	–	20.623	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<u>2.230.206</u>	<u>108.091</u>	<u>371.220</u>	<u>560.511</u>	<u>35.536</u>	<u>(178.998)</u>	<u>708.741</u>	<u>2.755.346</u>	<u>3.464.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Companhia") foi constituída em 1939, sediada em São Paulo - SP, tendo por objetivos principais a execução de serviços de construção, terraplenagem, obras de engenharia, montagem de usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos, transporte e apoio aquaviário, operação portuária, exploração naval, importação, exportação e demais atividades relacionadas, além da participação em outras sociedades. Atualmente, os negócios da Companhia vêm sendo geridos pela área de Engenharia e Construção do Grupo Camargo Corrêa, a qual está organizada em diferentes unidades de negócio: Infraestrutura, Indústria, Energia e Óleo e Gás.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

## 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

## 3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de compra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

## 3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas à valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente.

## 3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento, e avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

## 3.4. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e em coligadas nos quais a Companhia possui influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. A Companhia reconhece no prejuízo de uma controlada o limite do valor investido. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia possuir responsabilidades legais sobre as obrigações da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada ou controlada na data de aquisição é reconhecido como ágio, o qual o ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

## 3.5. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%, veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%, móveis e utensílios - 10% e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

## 3.6. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, representado basicamente por gastos com implementação e com melhorias de sistemas informatizados. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

## 3.7. Variações cambiais

Os ativos e passivos indexados estão atualizados de acordo com os respectivos indexadores até as datas de encerramento do ciclo exercicio, em contrapartida de "Variações cambiais" no resultado, exceto para as variações cambiais de investimentos no exterior, que são reconhecidas no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes).

## 3.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financeira, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento.

Todos os outros contratos de arrendamentos são classificados como operacionais. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

## 3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Registrados pelo valor nominal, acrescidos de juros e variação cambial, se aplicável, incorridos até as datas de encerramento do exercício. De acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos estão classificados como empréstimos e contabilizados pelo método do custo amortizado e CPC 8 - Custos na transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos na transação incorridos na captação de recursos, devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do passivo.

## 3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

## Ativos financeiros

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados com a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tenha a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis: representam contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

(iv) Ativos financeiros "disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

## Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Outros passivos financeiros: incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

## Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no final de cada exercício social. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

## 3.11. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Constituída, quando aplicável, para fazer frente a processos cujas chances de perda são classificadas como prováveis pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos. No caso de exigências tributárias cuja legalidade seja objeto de contestação judicial, as obrigações pertinentes estão registradas pelo valor integral em discussão.

## 3.12. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução da liquidação de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "custo dos serviços prestados" e passivo registrado na rubrica de "Fornecedores".

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes".

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

## 3.13. Moeda estrangeira e funcional

As demonstrações financeiras das controladas e coligadas são elaboradas individualmente com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação, e as variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 3.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinando pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 3.15. Imposto de renda e contribuição social

## 3.15.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

## 3.15.2. Impostos diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que os custos tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, ou diretamente no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes". Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

## 3.16. Lucro por ação

Calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

## 3.17. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

## 3.18. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas na linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

## 3.19. IFRSs - Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas pelo CPC

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

CPC 33 (R1) IAS 19 (Revisada em 2011) Benefícios a Empregados

CPC 35 (R2) IAS 27 (Revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas

CPC 18 (R2) IAS 28 (Revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"

CPC 36 (R3) IFRS 10 Demonstrações Consolidadas

CPC 45 IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

(ii) Normas e interpretações novas

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a)

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (b)

Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b)

(i) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(ii) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

## 3.20. Demonstrações financeiras separadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

— \* continuação

## 11. INVESTIMENTOS

Participação total no capital (%)	Dados das investidas											
	Patrimônio líquido ajustado e passivo a descoberto		Lucro (prejuízo) líquido ajustado		Ajustes de avaliação patrimonial		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012		
Camargo Corrêa Angola Engenharia e Construções, Lda.	100,00	99,00	13.401	(193.301)	(15.146)	(50.135)	(30.060)	(17.676)	(15.146)	(6.426)	13.401	(191.369)
Sucursal Angola	100,00	100,00	590	511	4	—	75	118	4	—	590	511
Camargo Corrêa Equador - subsidiária	99,97	99,97	5.668	5.017	4.457	(142)	677	1.446	4.456	(5.248)	5.666	5.015
Camargo Corrêa Mocambique, Lda.	99,00	99,00	42.866	38.130	(991)	9.798	(1.692)	(547)	6.783	42.437	37.749	—
Camargo Corrêa Projetos de Engenharia S.A.	99,99	99,99	(1.272)	(10.351)	4.126	(5.014)	3.602	(217)	4.126	(5.709)	(1.272)	(10.350)
Camargo Corrêa Suriname N.V.	99,00	99,00	2	(19)	21	(4)	—	—	21	(18)	2	(19)
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Argentina	100,00	100,00	56.854	48.942	14.884	23.900	(6.972)	(1.137)	14.884	23.753	56.854	48.942
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Colômbia	100,00	100,00	29.063	32.019	(1.893)	(4.669)	1.115	6.214	(1.893)	(3.991)	29.063	32.019
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Peru	100,00	100,00	(14.464)	(462)	(12.688)	(13.002)	(1.314)	(871)	(12.688)	(4.840)	(14.464)	(462)
Marabá Energia Ltda.	100,00	100,00	16.473	(25)	(2)	(11)	—	—	(2)	(11)	16.473	(25)
Sucursal Camargo Corrêa Venezuela	100,00	100,00	350.998	(48.746)	74.269	(3.423)	(6.733)	(5.448)	74.269	87.779	350.998	(48.746)
SPSL Águas Sistema de Tratamento e Disposição S.A.	50,00	—	19.946	—	(54)	—	—	—	(27)	—	9.973	—
Átla Holdings S.A. (*)	46,33	27,16	1.830.294	1.797.751	54.930	52.156	41.168	(19.863)	25.403	13.440	847.967	—
CCDL Construções de Dutos Ltda.	40,00	40,00	15.085	16.076	(991)	(1.472)	—	—	(396)	(592)	6.034	6.430
CCI Oil & Gas Contractors Inc.	—	70,00	—	27.619	—	22.014	2.228	(323)	(29.829)	22.202	—	27.619
EPC América Latina Ltda.	49,99	50,00	3.073	672	446	(2.337)	978	—	223	(1.169)	1.536	336
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	0,26	0,35	225.878	160.152	(114.634)	(137.993)	(1.778)	8	1.809	(870)	594	563
Intersur Concessões S.A. - Peru	33,33	33,33	32.643	40.065	39.714	11.905	8	1.649	13.237	7.253	10.880	13.354
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda.	14,60	14,60	(26.868)	(8.247)	(18.622)	(2.349)	—	—	(2.719)	(505)	(3.923)	(1.205)
Unicon - União de Construtoras Ltda.	20,00	20,00	(16.728)	(14.894)	(1.834)	(1.070)	—	—	(367)	(214)	(3.345)	(2.979)
Xingü Sôcio Ambiental Ltda.	33,33	33,33	3.138	3.117	21	57	—	—	7	35	1.046	1.039
Ágio - Átla Holdings S.A.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	257.860	—
Outros Investimentos	—	—	161.259	175.879	(33.236)	(164.496)	—	—	—	—	3.325	4.154
							110	(26.621)	(2.026)	(140.223)	1.656.699	177.731
							1.412	(63.268)	72.364	(8.571)	(23.004)	(77.424)

Classificados no ativo não circulante - Investimentos

Classificados no passivo não circulante - Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto

(\*) Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia disponibilizou o saldo de investimento na controlada em conjunto Átla Holding S.A. para distribuição futura de dividendos aos controladores divulgado na nota explicativa nº 8.

A movimentação do investimento pode ser demonstrada como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	(77.424)	895.887
Aumento de investimento/mútuos com controladas	580.589	276.923
Baixas de investimentos	—	(48.895)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.412	(63.268)
Resultado da equivalência patrimonial	72.364	(8.571)
Dividendos recebidos/distribuídos	(9.868)	(35.747)
Amortização de ágio na aquisição de investimentos - Átla Holdings S.A.	(13.338)	(14.010)
Investimentos em controlada em conjunto disponibilizado para distribuição futura de dividendos aos controladores.	1.079.745	(1.079.745)
Outros	215	2
Saldo final	1.633.695	(77.424)

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	452	428.470
Adições	4	192.149
Baixas	(69)	(29.896)
Depreciação	(55)	(95.750)
Capitalização de imobilizado em andamento	1.913	4.281
Transferência para intangível	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.245	499.254
Adições	—	113.461
Baixas	(73)	(40.537)
Depreciação	(83)	(78.498)
Capitalização de imobilizado em andamento	25.107	75.758
Transferência para intangível	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.196	569.438

Os ativos imobilizados em garantia estão divulgados na nota explicativa nº 13.

## 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	2013	2012
Moeda estrangeira - US\$ (*):				
Resolução nº 4.131	2015	109,0% CDI a 117,7% CDI a.a. (**)	7.558	56.004
FINIMP	2015	115,8% CDI a 115,9% CDI a.a. (**)	13.357	—
Subtotal			20.915	56.004
Moeda nacional:				
FINAME	2023	2,5% a TJLP + 4,5% a.a. + "del credere" (0,55% a 1,5% a.a.)	202.499	152.911
BNDES	2013	TJLP + (2,3% a 2,8% a.a.)	—	1.613
FINEP	2013	TJLP + 6% a.a.	—	583
CDC	2018	4,7% a 6,9% a.a.	63.837	48.100
FMM	2029	TJLP + 3,5% e 5,5%	54.645	37.406
Arrendamento mercantil	2016	CDI + (0,9% a 4,3% a.a.)	48.870	74.021
Debêntures	2013	109,9% CDI a.a.	—	266.591
Subtotal			369.851	581.225
Total			390.766	637.229
Parcela classificada no circulante			70.610	146.107
Parcela classificada no não circulante			320.156	491.122

(\*) Empréstimos em moeda estrangeira protegidos por instrumentos financeiros "swaps".

(\*\*) Custo do instrumento financeiro "swap" em % CDI.

FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Taxa aplicável para 2013 de 5,0% (5,5% em 2012)

CDI - Certificados de Depósito Interbancário. Taxa aplicável para 2013 de 9,8% (6,9% em 2012).

"Del credere" - comissão do banco agente. Custo médio de 0,55% a.a.

CDC - Crédito Direto ao Consumidor

FMM - Fundação Marinha Mercante - Crédito Fixo

Garantias

Em garantia dos financiamentos na modalidade FINAME BNDES foram concedidas alienações fiduciárias dos equipamentos adquiridos.

Para a modalidade de arrendamento mercantil a garantia do financiamento são notas promissórias emitidas pela Companhia através do Banco ItaúLeasing S.A., equivalentes a 125% dos montantes dos contratos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante dessas ativos líquido de depreciação é de R\$51.286 (R\$58.680 em 31 de dezembro de 2012).

Em garantia do financiamento na modalidade Fundo da Marinha Mercante (FMM), foi concedida alienação fiduciária do equipamento adquirido.

Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, do tipo nominativo-escritural, sem emissão de cadelas ou certificados, da espécie quirografária, sem garantias.

As debêntures foram emitidas em série única, sendo 400 debêntures: (a) valor nominal unitário de R\$1.000 na data de emissão; (b) remuneração de 109,90% da Taxa DI; (c) prazo de vigência de remuneração de cinco anos a partir de 29 de abril de 2010 até a data de vencimento, pago semestralmente sem carência; e (d) amortização do principal em três parcelas anuais, no final do 3º, 4º e 5º anos. Em dezembro de 2012, a Companhia efetuou a liquidação antecipada da primeira parcela anual que estava programada para abril de 2013 e as parcelas remanescentes foram liquidadas em 29 de novembro de 2013.

## 14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Referem-se a adiantamentos por conta de obras, principalmente Barro Alto, Belo Monte e no exterior Angola.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

	2013	2012
<b>a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício:</b>	600.564	377.699
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	—	—
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(204.192)	(128.418)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Adições permanentes	—	—
Equivalência patrimonial	24.604	(2.830)
Doações não dedutíveis	(5.717)	(14.464)
Adições permanentes	(2.063)	(747)
Impactos relacionados à tributação de lucros no exterior	13.208	(11.461)
Adições e exclusões diferidas líquido	(20.973)	(22.860)
Outros	7.035	2.992
	(188.098)	(177.788)
Receita (despesa) com imposto de renda - corrente	(178.466)	(154.928)
Receita (despesa) com imposto de renda - diferido	(9.632)	(22.860)

**b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:**

	2013	2012
Natureza ativa:		
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21.931	34.234
Provisão para devedores duvidosos	9.098	18.732
Provisões para participação nos lucros	16.252	13.913
Provisões para serviços de terceiros	27.097	19.185
Depreciação sobre arrendamento financeiro	25.268	22.870
Outros	1.545	1.493
Ativo não circulante	101.191	110.427
Natureza passiva:		
Lucros não realizados - órgãos públicos	75.117	87.804
Reavaliação da vida útil do imobilizado (RTT)	49.279	40.354
Lucros no exterior	8.536	10.444
Outras provisões temporárias	13.015	6.948
Outras	390	—
Passivo não circulante	146.337	145.551
Saldo líquido no passivo não circulante	45.146	35.124

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial estes não são relevantes.

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui processos judiciais perante vários tribunais, surgidos no curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e tributários e outros assuntos. Os processos envolvem danos de infração, pleitos de indenização, requerimentos de revisão de contratos e outras ações cujos valores requeridos ou impostos podem não refletir o que será definido na sentença final. Com base em opiniões de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis para as ações em curso, como segue:

## 12. IMOBILIZADO

	2013	2012
Imóveis	29.588	27.196
Máquinas e equipamentos	1.060.601	499.254
Veículos	338.547	132.729
Móveis e utensílios	39.710	24.256
Equipamentos de informática e outros	63.621	23.659
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.771	1.608
Imobilizado em andamento	31.241	152.792
Total	1.564.539	836.543

	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.388	1.845
Adições/baixas	219	—
Depreciação acumulada	(383)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	219	1.462
Adições/baixas	—	—
Depreciação acumulada	(3.500)	(432)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	168	1.030

	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.388	1.845
Adições/baixas	219	—
Depreciação acumulada	(383)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	219	1.462
Adições/baixas	—	—
Depreciação acumulada	(3.500)	(432)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	168	1.030

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui, principalmente, as seguintes causas com probabilidade de perda classificada como possível, não tendo sido, portanto, sujeitas a provisões para riscos: R\$114.919 (R\$79.005 em 31 de dezembro de 2012) de contingências trabalhistas, referentes a responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras e reflexos em verbas rescisórias; R\$382.084 (R\$264.062 em 31 de dezembro de 2012) de riscos tributários, referentes, substancialmente, a processos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, COFINS e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF; e R\$280.719 (R\$526.075 em 31 de dezembro de 2012) de contingências cíveis, referentes a indenizações decorrentes de desavenças comerciais, indenização por danos materiais e morais, e danos causados por acidente de veículos.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.230.206 (R\$2.130.203 em 2012), representado por 483.116 ações nominativas (464.257 em 2012), sem valor nominal, sendo 395.336 ordinárias (374.477 em 2012) e 87.780 preferenciais (87.780 em 2012).

Em 24 de junho de 2013, os acionistas se reuniram em Assembleia para aprovar a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital em R\$100.003.

## Reserva legal

Representa 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

## Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 4 de outubro de 2013, o acionista controlador renunciou o direito à distribuição de sua parcela dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2013.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	412.466	(20.623)
Constituição da reserva legal - 5%	(20.623)	(20.623)
Constituição da reserva para renovação de equipamentos - 5%	(20.623)	—
Subtotal	371.220	—
Proposta da Administração	—	—
Constituição de reserva para retenção de lucros (*)	371.220	—

(\*) A constituição para retenção de lucros será submetida a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2014.

## Adiantamentos para futuro aumento de capital